

# “Eleição geral ainda neste ano”

Estado — O desgaste do governo federal perante a opinião pública pode prejudicar a plena realização do calendário eleitoral este ano?

Antônio Carlos Magalhães — É inegável que o governo federal está muito desgastado perante a opinião pública. Mas é bom acrescentar que mais desgastado ainda está o Congresso Nacional, da mesma forma que muitos governadores e os políticos em geral. O quadro de desconfiança é muito abrangente. De parte do governo federal, mesmo os mais críticos não de reconhecer que, pelo menos, se nota o interesse em mudar essa posição e, para isso acontecer, todos os membros do Ministério estão confiantes no sucesso, nos bons resultados do Plano Verão. Sente-se mesmo é que o povo ficaria extremamente feliz se os políticos, sobretudo os congressistas, mostrassem desambição e dessem a oportunidade de uma eleição geral ainda neste ano.

Estado — Mas o calendário rotineiro já marca uma eleição para este ano e outra para 1990. Que justificativa poderia haver para uma eleição geral, um ano depois da realização das eleições municipais, ministro?

Antônio Carlos — Em primeiro lugar, gostaria de esclarecer que penso na convocação de uma eleição geral para presidente da República, governadores estaduais, assembleias legislativas, um terço do Senado e a Câmara dos Deputados. Ou seja, uma eleição que antecipe em um ano a marcada para 15 de novembro de 1990. Com isso, se evitaria, em primeiro lugar, a eleição de 1990, com os custos terríveis com que hoje se fazem as campanhas eleitorais, sem que o povo, o maior interessado, seja informado da origem desses recursos.

Estado — Os primeiros grandes adversários de sua ideia, ministro, serão os governadores estaduais, que exercem influência muito grande sobre as bancadas de seus estados na Câmara.

Antônio Carlos — Não necessariamente. Os governadores dos estados maiores, justamente os que exercem mais influência na Câmara, ambicionam, em sua maioria, disputar a Presidência da República. Estes, principalmente, não poderão se sentir lesados em seus mandatos com a antecipação do processo eleito-

“Todos querem enxugar a máquina. Quando o governo propõe, o Congresso impede”

ral de novembro de 1990 para novembro de 1989. Além do mais, eles precisam ter consciência dos riscos de uma eleição “solteira” (só para presidente, sem a disputa de quaisquer outros cargos), num momento de crise como o atual e sendo esta eleição a primeira direta presidencial em 29 anos. A eleição geral envolveria as bases políticas no trabalho eleitoral rotineiro. Da forma como prevê o calendário eleitoral, há o risco de uma eleição presidencial com grande abstenção.

Estado — Outra oposição previsível a sua ideia, ministro, é a dos candidatos mais fortes à Presidência, que, coincidentemente, pertencem a partidos de pequena estrutura, em termos nacionais. Uma eleição geral este ano daria mais força aos partidos maiores, que não apresentaram, pelo menos até agora, candidatos fortes o suficiente para enfrentá-los. O senhor não concorda?

Antônio Carlos — Não. Afinal, o novo presidente, seja ele quem for, deverá preferir governar com um novo Congresso. Além disso, só uma eleição geral cessaria a irritação popular na base de uma esperança de melhores dias. Fora desse quadro, o presidente que for eleito vai ficar sempre falando mal de seus antecessores, como fazem os governadores eleitos em 1986, mas vai poder realizar muito pouco, limitado por um Congresso desgastado. Num cenário assim, ele mesmo poderá ser submetido a um desgaste de tal violência que as próprias instituições serão postas em perigo.

Estado — No entanto, ministro, o senhor tem experiência política bastante para saber do violento espírito de corpo do Congresso, que vai, quase certamente, impedir o encurtamento de seu próprio mandato em um ano, não é?

Antônio Carlos — Ora, a falta de sintonia do Congresso com o governo é visível, mas também é com a sociedade. Todos defendem o enxugamento da máquina administrativa federal, mas, no momento em que o governo propõe, na prática, tal enxugamento, o Congresso o impede, deixando de votar a medida provisória que o permitiria. A sociedade pode até criticar o governo pela timidez da medida saneadora, mas nem com tal grau de timidez ela pôde ser efetivada. A antecipação das eleições para o Congresso é uma rara oportunidade de os congressistas darem uma demonstração de seu espírito público.

Estado — O espírito público pode esbarrar na constatação de que a desconfiança popular pode levar a uma inédita renovação das bancadas dos partidos na Câmara. Será que elas se arriscariam a tanto?

Antônio Carlos — Seja como for, essas bancadas são formadas por políticos experientes e esses, se consultam suas bases, devem saber que concorreriam, em 1989, em condições bem melhores do que concorrerão em

Para evitar uma crise de governabilidade entre um presidente forte, eleito com mais da metade dos votos dos brasileiros, e um Congresso desmoralizado, o ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, só vê uma saída: a antecipação das eleições estaduais e parlamentares (previstas para 1990) para novembro de 1989. Antônio Carlos começou a trabalhar, com o ânimo e a disposição que lhe são peculiares, para que o Congresso encurte o mandato de um terço dos senadores, todos os deputados federais, governadores e deputados estaduais em um ano, convocando eleições gerais coincidentes com a presidencial. Esta haverá, ele está convicto disso. “Ninguém evitará a eleição este ano”, disse ele, certo de que “o povo deseja modificações no atual elenco político nacional”. O ministro chega até a propor a realização de uma pesquisa nacional, na qual espera provar que mais de 80% do eleitorado brasileiro concorda com ele.

A tese do ministro baseia-se na aceitação do desgaste do governo federal, mas também na constatação de que maior ainda é o desgaste dos congressistas, dos governadores e dos políticos em geral. Político experiente, admite a fragilidade dos candidatos de centro apresentados até agora, diante do favoritismo de Lula e Brizola, e adverte os políticos de que, se não trabalharem por uma candidatura centrada viável, poderão levar um presidente eleito, que fracasse administrativamente, a ceder à tentação de seguir “os caminhos tortuosos da ditadura”, para esconder sua eventual incompetência administrativa. Concorda com os peemedebistas que consideram o deputado Ulysses Guimarães “imbatível na convenção mas ineleável na eleição” e crítica o lançamento da candidatura do ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, pedindo que os chefes militares sejam preservados dos dispositivos eleitorais, para cuidarem melhor

1990. Este ano, concordo, haveria uma grande renovação. Em 1990, você há de convir, a renovação será maior ainda.

Estado — O senhor se referiu à cotação das medidas provisórias. Ela não parece propriamente ser um indicador de que o Congresso esteja empenhado em demonstrar à opinião pública seu enorme espírito público, não?

Antônio Carlos — De acordo. O Congresso esquivou-se de votar a extinção dos ministérios, obrigando o governo a reapresentar a medida provisória. Parece que seria mais fácil, se o governo pede medidas que julga importantes para a reabilitação econômico-financeira do País, com o objetivo de evitar a hiperinflação, o Congresso dar-lhe crédito de confiança, passando-lhe também toda a responsabilidade, não é mesmo?

Estado — Pelo visto, o senhor não aceita discutir a possibilidade de não haver eleição presidencial este ano, verdade?

Antônio Carlos — Ninguém evitará a eleição este ano. Disso estou convicto. Mas o povo deseja modificações profundas no elenco político brasileiro. Se fizermos uma pesquisa — o que, aliás, seria muito interessante no momento atual —, vai ficar constatado que as eleições gerais representam a vontade de mais de 80% do eleitorado brasileiro.

Estado — O senhor não admite a hipótese de que um presidente eleito diretamente com mais da metade dos votos do eleitorado (o que acontecerá pela primeira vez na História recente da República brasileira) bastará para atender aos anseios de mudança do povo?

Antônio Carlos — Veja bem, quando eu fui presidencialista — e assim me mantenho —, assumi essa posição com a convicção de que nenhum presidente eleito com expressiva votação aceitaria o regime parlamentarista. Qualquer um, com a força de mais de 50% dos votos, modificaria a atual Constituição em vários pontos e não estaria agindo de errado. Ouvi de um grande jurista brasileiro, um magistrado eminente, que esta Constituição tem mesmo de ser chamada de Constituição-coragem. Foi preciso muita coragem para fazê-la. O problema é que o Poder Legislativo, sem a mesma força, mas de posse de prerrogativas praticamente parlamentaristas dadas pela nova Constituição, pode gerar crises terríveis e tornar o País ingovernável. A Constituinte aprovou o sistema presidencialista, mas não adaptou muitos dispositivos parlamentaristas ao sistema presidencialista e isso vai ser um problema permanente daqui para a frente. Tal crise só pode ser resolvida se o Congresso passar a ter a força legítima da eleição geral este ano.

Estado — Como o centro e a direita estão vendo o favoritismo da esquerda, com Lula e Brizola à frente, na sucessão de Sarney?

Antônio Carlos — O centro ainda não tem candidato. Publicamente, o PMDB apoia a candidatura do deputado Ulysses Guimarães. Mas, na intimidade, mesmo os maiores defensores de sua candidatura consideram-na “imbatível na convenção, mas ineleável na eleição”.

Estado — O senhor concorda com esse conceito?

Antônio Carlos — Concordo. A figura do doutor Ulysses tem sido a mais contraditória no cenário político brasileiro, nos últimos tempos. Ele é capaz de tomar desde atitudes hábeis e inteligentes, como em relação à Medida Provisória nº 32 e na glória efêmera pós-promulgação da Constituição, e dizer coisas do tipo “o poder é um organismo”. De qualquer sorte, é um político hábil e correto. O perigo de uma frase infeliz como essa do organismo é a sua subseqüente ameaça de provar publicamente o fato. Ulysses enfrenta hoje grandes dificuldades com seus próprios correligionários, mas sempre terá um papel de relevo na vida política nacional.

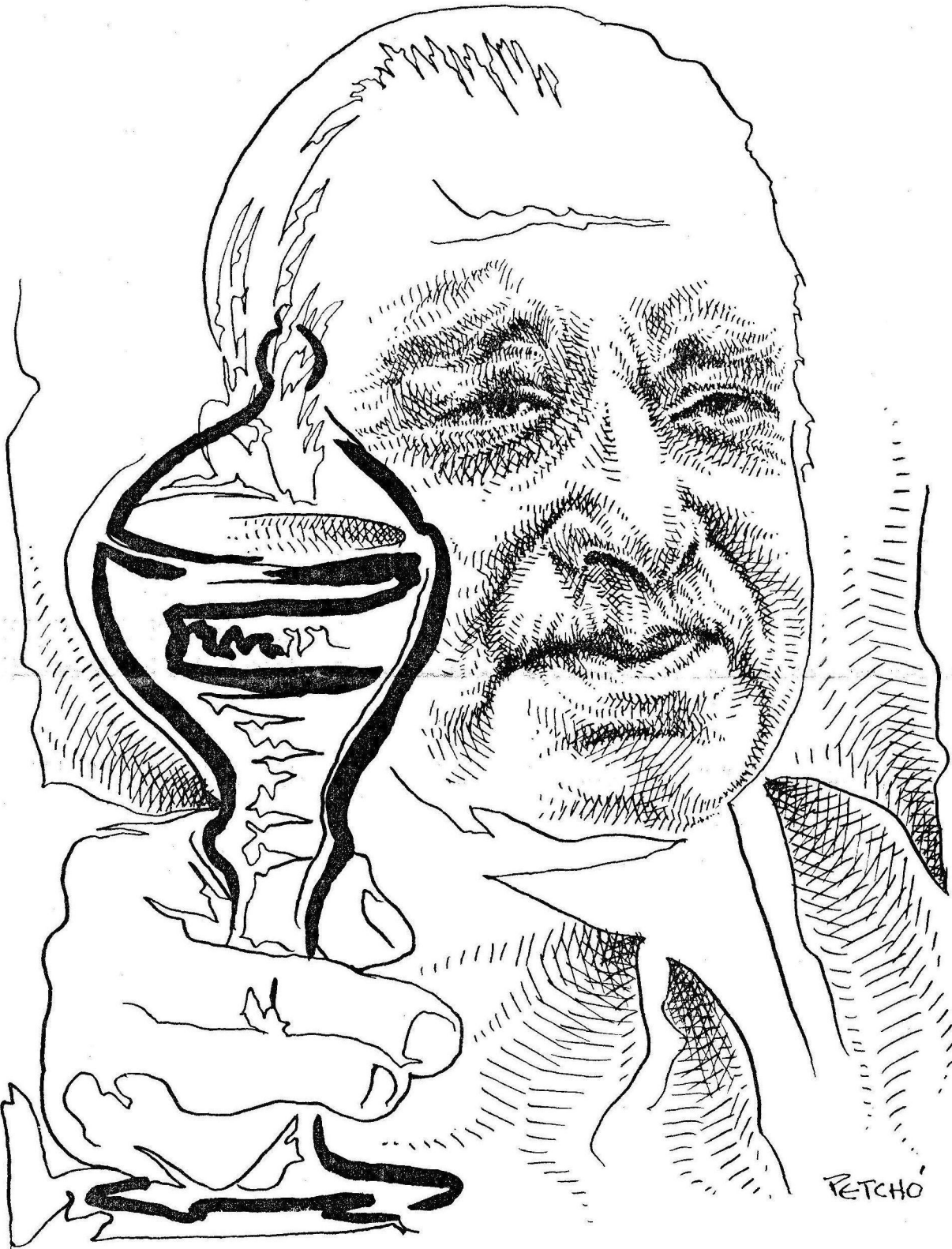
da manutenção das instituições democráticas e da ordem pública.

Na sala contigua a seu gabinete, no sétimo andar da sede do ministério, diante de um telão, pelo qual acompanhou, com entusiasmo, a vitória da Bahia sobre o Internacional de Porto Alegre, no primeiro jogo decisivo do campeonato nacional de futebol, o ex-governador baiano lembrou que, em 1959, o “Tricolor de Aço” venceu o Santos de Pelé, em pleno Maracanã, e ele próprio foi encarregado pelo presidente Juscelino Kubitschek de entregar a taça ao time campeão. Este ano espera repetir o feito, só que sem a companhia de 1959, a do governador Waldir Pires, hoje seu maior adversário político.

Um ano depois da conquista da Bahia, Jânio seria o último presidente da República eleito pelo voto popular. O próximo será eleito com a ajuda do governo Sarney — ele acha — caso o Plano Verão dê certo e consiga conter o processo hiperinflacionário. Falando da eleição, o ministro das Comunicações não manifesta entusiasmo pela candidatura lançada por Jânio Quadros em Paris nem acredita nas possibilidades do senador Mário Covas, do PSDB, e do animador e empresário de televisão Silvio Santos. Também é crítico em relação ao manifesto da Convergência Democrática, por acreditar que o povo não quer mais saber do conflito esquerda versus direita. Segundo ele, “o povo quer é modernidade na ação política”.

Sobrou ainda uma estocada para o general reformado Euclides Figueiredo Filho, que disse: “Se houver baderna no País, a eleição poderá não ocorrer, e sim o golpe”. Antônio Carlos foi impiedoso: “Quando se fala em golpe, tenho certeza absoluta de que ele não virá, at é porque, evidentemente, o bom conspirador não alardeia suas intenções”.

Entrevista a José Nêumanne Pinto.



“Quando se fala em golpe, tenho certeza absoluta de que ele não virá, até porque, evidentemente, o bom conspirador não alardeia suas intenções”

Estado — Se Ulysses está fora, quem está dentro do quadro?

Antônio Carlos — O que existe mesmo aí é Lula versus Brizola. Mas esse quadro, que é real do ponto de vista legal, do ponto de vista do interesse nacional é irreal. Isso deve levar a que os candidatos de centro tenham um mínimo de bom senso e se reúnam para a escolha daquele que for mais factível política e popularmente. Esta não é tarefa fácil, até porque a ambição é condição natural do político. Imagine, porém, que Afif Domingos não passará do milhão de votos e que Fernando Collor possivelmente não passará da metade disso. Isso é preparar o caminho para o adversário, não permitindo a alternativa de centro sequer disputa do segundo turno. Não há outra saída fora da união de todos em torno da candidatura mais viável.

Estado — Jânio Quadros mandou dizer, de Paris, que é essa opção. O senhor concorda?

Antônio Carlos — Um candidato forte em São Paulo sai na frente nessa corrida sucessória. Jânio, quem sabe, pode vir a ser esse candidato forte.

Estado — Seguindo o mesmo raciocínio, o senador Mário Covas também larga na frente, por ter respaldo eleitoral em São Paulo?

Antônio Carlos — Entre os tucanos, os já fichados e os incubados no PMDB — caso, no meu entender, do governador Waldir Pires, se observa que fazem

grande barulho, até na imprensa, mas as pesquisas eleitorais os jogam em posição pouco provável de disputar, na reta final. Aliás, o tucano que mais admiro é o deputado José Serra e ele foi encarregado de mostrar isso na eleição municipal de São Paulo, ao obter um resultado muito aquém de seu comprovado valor, sem disputar com figuras de maior expressão. De modo que a candidatura Covas, por mais que todos devam respeitar seus dotes, parece não empolgar São Paulo. Nem a Nação.

Estado — Alguém empolga seu partido, ministro?

Antônio Carlos — Meu partido vive um problema extremamente sério, pois o presidente do PFL, senador Marco Maciel, percorre o Brasil à procura de candidatos e de apoio, mas não dispõe sequer de representatividade da maioria para cumprir essa missão. De qualquer maneira, acho que o PFL não deve aceitar compor com um vice na chapa de outro partido, embora não deva ser infenso a uma composição geral com um candidato factível de centro. Queira ou não o senador Marco Maciel, se o PFL for escolher um candi-

to representativo da opinião da maioria de suas bases, ele só pode ser o ex-ministro Aureliano Chaves. Quem pensar o contrário não conhece o partido. Mas o próprio Aureliano está disposto a emprestar seu nome para uma campanha com possibilidade de vitória e não para fazer constar de sua biografia, já muito rica, que foi candidato a presidente da República.

Estado — Isso quer dizer então que, se quiser ser candidato, Silvio Santos vai ter de procurar outro partido e não o PFL?

Antônio Carlos — Evidentemente, Silvio Santos é um nome popular e reúne credenciais, nos meios de tele e radiodifusão. Ele tem popularidade como artista nesses setores, mas, no momento do debate eleitoral e da escolha mais firme ou decisiva, a tendência é uma candidatura como a dele ir perdendo força.

Estado — Como o senhor vê o esforço do senador João Menezes de lançar a candidatura do general Leônidas Pires Gonçalves à Presidência?

Antônio Carlos — O nome do candidato é bom. No entanto, na minha ótica as circunstâncias políticas impedem o êxito da candidatura. Eu acho que devemos preservar nossas Forças Armadas, sobretudo os chefes militares de dispositivos eleitorais, até para que eles possam garantir, quando necessário a vida das instituições e a ordem pública.

Estado — E Antônio Carlos Magalhães vai fazer o que, nesta campanha sucessória?

Antônio Carlos — Nesta eleição, vou procurar ajudar o candidato de centro no meu estado e vou percorrer o Brasil, fazendo o que for possível por sua vitória. Penso que esta seria a obrigação de todos os políticos que querem evitar candidaturas que não representem o que é melhor para o País. É preciso que os políticos não percam de vista o fato de determinados candidatos, se eleitos poderem não ter êxito administrativo e, por isso, cederem à tentação de percorrer os tortuosos caminhos das ditaduras, por serem estes as vias mais fáceis de fuga da demonstração pública de sua incompetência. É preciso evitar que isso aconteça.

Estado — Esse candidato por quem o senhor trabalharia poderia ser o ministro da Justiça, Oscar Dias Corrêa?

Antônio Carlos — Oscar Dias Corrêa foi nomeado ministro com o objetivo de fazer o que era normal na vida política brasileira: dar ao Ministério da Justiça ativa participação em todos os atos e fatos políticos gerados pelo Poder Executivo. Nos governos passados, essa tarefa foi passando gradativamente para o Gabinete Civil e agora retorna ao leito natural. O ministro Oscar Dias Corrêa dá vivacidade ao seu ministério e ao governo. Afirmar que é já candidato seria uma levandade. Negar que possa ser seria também demonstrar sucessiva miopia política.

Estado — Seu candidato poderia ser também o apoiado pela Convergência Democrática?

Antônio Carlos — Embora entre os signatários do manifesto da Convergência Democrática figurem amigos queridos acho que o documento não pode servir de base para quem deseje uma democracia moderna. Penso que grande parte desses signatários poderia ajudar mais à campanha dos políticos de centro existindo-se de assinar manifestos como aquele. Considero o conflito esquerda versus direita uma coisa ultrapassada. Precisamos, e o que o povo quer, é modernidade na ação política, uma mensagem nova. Por falta dessas mensagens é que, às

“A culpa pela atual situação econômica do País é do PMDB”

vezes, as esquerdas embora se mostrem sem nenhum conteúdo, só porque aparecem com algum discurso com roupagem diferente, crescem aos olhos do eleitorado. O maior exemplo de incoerência de esquerda e direita no Brasil é o PMDB, que vai levar ao Diretório Nacional eleitores — e mais do que isso, líderes assumidos do malufismo e expoentes de grupos políticos que o Partido Comunista Brasileiro (PCB) consideraria extremistas, radicais.

Estado — Como o senhor vê a ameaça de golpe do general Euclides Figueiredo Filho na entrevista dada ao Estado?

Antônio Carlos — Um país como o Brasil tem de resolver seus problemas no voto. E, consequentemente, é obrigação dos políticos criar um clima sempre favorável, para evitar a ação dos poucos que ainda pensam ser possível golpe, sem que haja consequências. Quando se fala em golpe, tenho certeza absoluta de que ele não virá, até porque, evidentemente, o bom conspirador não alardeia suas intenções.

Estado — Qual a real influência que o Plano Verão terá na sucessão presidencial?

Antônio Carlos — O sucesso do Plano Verão dará força aos componentes do governo para que participem mais ativamente não apenas em seus próprios redutos eleitorais, mas até fora deles. Esta poderá ser uma inestimável ajuda para uma possível candidatura viável de centro. Mais importante ainda será permitir que Sarney recompoe uma imagem que sempre teve e foi abalada. E possa deixar o governo tendo, além do respeito, o aplauso do País.

Estado — Num cenário do tipo, Sarney entraria, ele mesmo, na sua própria sucessão?

Antônio Carlos — Se o plano tiver sucesso, acho que o presidente entrará, de forma direta ou indireta, na sucessão presidencial. Afinal, é uma tradição, na democracia brasileira, a participação do presidente da República nas campanhas eleitorais de seus sucessores. Aliás, é uma tradição da democracia.

Estado — E se o Plano Verão naufragar?

Antônio Carlos — Nesta hipótese, a Nação vai sofrer muito; pois o governo não terá tempo para outra oportunidade de reabilitar-se. A culpa pela atual situação econômica do País e do PMDB, que nomeou individualmente ministros para a área econômica e só queria receber os dividendos, esquivando-se sempre do ônus. Ainda não absorvemos completamente os resultados do estelionato do Plano Cruzado, a maior prova do que afirmo. Agora, porém, se houver responsabilidade, ele se fará mais nossa do que do PMDB; se, evidentemente, o PMDB não boicotar o plano, no Congresso,